



TÍTULO DO TRABALHO	
ANÁLISE DO MOVIMENTO “TODOS PELA EDUCAÇÃO”: DO EMPRESARIAMENTO AO CONTROLE DO PENSAMENTO	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Karen Ségala César Luiz de Mari	UFV UFV
RESUMO	
<p>O presente texto procura apresentar um debate a respeito do processo de privatização da política educacional brasileira, especialmente a partir da década de 1990, fortemente influenciado pelas mudanças ocorridas no contexto econômico mundial, a partir da crise do capitalismo nos anos 1970, e sua reinvenção, com a implantação do neoliberalismo. Parte-se da análise do neoliberalismo não somente como alternativa a crise econômica nos marcos do processo produtivo, mas, sobretudo da sua capacidade ideológica de conformar novos sujeitos, novas consciências e novas práticas. Assim, busca-se trazer considerações sobre um novo tipo de privatização, que tem na ação individual e nas Organizações Sociais seu suporte de atuação. Abordaremos neste trabalho, uma análise sobre a ação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada “Todos Pela Educação”, que desde sua criação em 2006, vem empreendendo diversas medidas; do planejamento até a gestão, na educação básica; para atendimento ao padrão de eficiência e eficácia próprio ao setor empresarial, que se configura como seu principal promotor. A metodologia é qualitativa, trazendo as contribuições de análise da filosofia da práxis, que parte da concepção da realidade como movimento das contradições articuladas num campo de totalidade. A fundamentação teórica vem de Marx, Gramsci e Mészáros. No caso do objeto proposto, focaremos a análise do movimento do empresariado buscando determinar os processos de formação escolar, curricular e humana. Ressaltamos, portanto, o interesse da classe dominante em manter o controle ideológico sobre a educação básica, onde para ela, se concentra o maior número de mão-de-obra, responsável pelo trabalho simples em nosso país. Que Marx explica como a “força de trabalho que todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo”. (MARX, 1988, p.51). Busca-se assim uma educação pragmática e funcional a manutenção da divisão de classes e da produção capitalista. Porém, a escola pública, defendida por Gramsci, também é espaço de disputa hegemônica, e se constitui como conquista da classe trabalhadora, onde se compreende as relações sociais historicamente construídas, se tornando também espaço de difusão de ideias emancipatórias.</p> <p>Palavras-chave: Educação; Privatização; Pragmatismo; Formação Humana; Todos pela Educação.</p>	

ANÁLISE DO MOVIMENTO “TODOS PELA EDUCAÇÃO”: DO EMPRESARIAMENTO AO CONTROLE DO PENSAMENTO

SÉGALA, Karen¹

DE MARI, César Luiz²

Resumo:

O presente texto procura apresentar um debate a respeito do processo de privatização da política educacional brasileira, especialmente a partir da década de 1990, fortemente influenciado pelas mudanças ocorridas no contexto econômico mundial, a partir da crise do capitalismo nos anos 1970, e sua reinvenção, com a implantação do neoliberalismo. Parte-se da análise do neoliberalismo não somente como alternativa a crise econômica nos marcos do processo produtivo, mas, sobretudo da sua capacidade ideológica de conformar novos sujeitos, novas consciências e novas práticas. Assim, busca-se trazer considerações sobre um novo tipo de privatização, que tem na ação individual e nas Organizações Sociais seu suporte de atuação. Abordaremos neste trabalho, uma análise sobre a ação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada “Todos Pela Educação”, que desde sua criação em 2006, vem empreendendo diversas medidas; do planejamento até a gestão, na educação básica; para atendimento ao padrão de eficiência e eficácia próprio ao setor empresarial, que se configura como seu principal promotor. A metodologia é qualitativa, trazendo as contribuições de análise da filosofia da práxis, que parte da concepção da realidade como movimento das contradições articuladas num campo de totalidade. A fundamentação teórica vem de Marx, Gramsci e Mészáros. No caso do objeto proposto, focaremos a análise do movimento do empresariado buscando determinar os processos de formação escolar, curricular e humana. Ressaltamos, portanto, o interesse da classe dominante em manter o controle ideológico sobre a educação básica, onde para ela, se concentra o maior número de mão-de-obra, responsável pelo trabalho simples em nosso país. Que Marx explica como a “força de trabalho que todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo”. (MARX, 1988, p.51). Busca-se assim uma educação pragmática e funcional a manutenção da divisão de classes e da produção capitalista. Porém, a escola pública, defendida por Gramsci, também é espaço de disputa hegemônica, e se constitui como conquista da classe trabalhadora, onde se compreende as relações sociais historicamente construídas, se tornando também espaço de difusão de ideias emancipatórias.

Palavras-chave: Educação; Privatização; Pragmatismo; Formação Humana; Todos pela Educação.

.

1 Introdução

O objeto deste trabalho refere-se ao projeto de privatização da educação, desde o movimento de empresariamento até as formas de controle do pensamento, para tanto, buscou-

¹Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (2013) e mestranda em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Email: karesegala@hotmail.com

²Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e atualmente atua como professor no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Email: Cezar.demari@ufv.br

se analisar a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público “Todos Pela Educação”, na tentativa de demonstrar quais tem sido os interesses dos seus idealizadores e os seus desdobramentos na realidade escolar, buscando determinar os processos de formação escolar, curricular e humana.

Entre os dias 05 a 09 de março de 1990, ocorreu em Jomtien; na Tailândia; a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, onde mais de 150 países participantes pensaram estratégias e novos rumos para a educação em nível mundial, previstos para os próximos dez anos. O documento de Jomtien (1990) argumenta que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional (1990, p. 3).

A responsabilização da educação enquanto salvadora dos problemas da humanidade, coloca-nos questões importantes para a análise. Procura-se uma solução para os problemas sociais dentro da dinâmica desigual imposta pelo sistema capitalista, via educação. Portanto, torna-se importante pensar a proposta de “Educação para todos” como parte de um contexto complexo de contradições colocadas por uma crise estrutural do capital e da ofensiva das classes dominantes nacionais e internacionais. Mézaros (2002) explica que o capital vem desenvolvendo uma crise no próprio sistema de acumulação a mais de 35 anos, portanto deixa de ser crises cíclicas para se tornar estrutural, e para sair dela empreende mudanças nas relações capital-trabalho com o apoio de organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial e BIRD.

Dessa forma, a subordinação aos preceitos neoliberais dos organismos internacionais, incumbe acima de tudo uma apropriação da subjetividade do sujeito, ou seja, uma reforma ideológica, onde se difunde a ideia de ascensão social via educação e responsabiliza a sociedade pela direção das políticas sociais, já que o Estado não seria suficiente para geri-las e oferta-las. A educação se transforma na possibilidade de investimento privado e geração de lucro, e sobretudo, vira instrumento de legitimação ideológica da ordem capitalista.

A Conferencia de Educação para Todos é para Rabelo e Gimenez (2009), um “marco estratégico do ‘novo’ papel que a educação passou a desempenhar, em âmbito mundial, na suposta sustentabilidade dos países envolvidos com a agenda neoliberal”. O documento deixa claro a obrigação do Estado em garantir educação básica para todos, gratuita e de boa qualidade, porém, incentiva e legitima a importância das alianças:

As autoridades responsáveis pela educação, aos níveis nacional, estadual e municipal tem a obrigação prioritária de proporcionar

educação para todos. Não se pode todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a essa tarefa. [...] Novas alianças serão necessárias, entre os órgãos governamentais e não governamentais, com o setor privado, com a comunidade local, com os grupos religiosos, com as famílias. (1990, p. 9 e 10)

O Estado portanto, se adequa às exigências do grande capital, e todos os serviços básicos se tornam campo de investimentos privados. Dessa forma, valores como individualismo, meritocracia, empreendedorismo social, privatização de um novo tipo, são difundidos nesse novo panorama de política neoliberal, denominado por Antony Giddens Projeto neoliberal de Terceira Via. (MARTINS E NEVES, 2015).

Esse tema será tratado com mais detalhes no primeiro item deste trabalho, posteriormente trataremos da influência desta nova forma de privatização no Brasil, com a análise do Movimento “Todos Pela Educação”, que desde sua criação em 2006, vem empreendendo diversas medidas; do planejamento até a gestão, na educação básica; para atendimento ao padrão de eficiência e eficácia próprio ao setor empresarial, que se configura como seu principal promotor. No terceiro e último item, apresentaremos algumas considerações em defesa da escola pública, como possibilidade de se pensar uma educação que não atenda a interesses da classe dominante e que seja ela, fator de transformação social.

O percurso metodológico é de base qualitativa, trazendo as contribuições de análise da filosofia da práxis, que parte da concepção da realidade como movimento das contradições articuladas no campo de totalidade. A fundamentação teórica vem de Marx, Gramsci e Mészáros, entre outros autores que se alinham a teoria social. A análise do objeto referenciado foi realizada a partir de documentos disponíveis na página virtual do movimento “Todos pela Educação”.

2 A Terceira Via como estratégia na relação público-privado

Após a segunda grande guerra mundial, em 1945, houve um conjunto de mudanças sociais, políticas e econômicas, onde se assistiu um período de ascensão econômica, principalmente nos EUA. O modelo de produção norte-americana adotado foi denominado de fordista, caracterizado pela produção rígida e em série, e se expandiu mundialmente fazendo com que o Estado precisasse assumir obrigações que apoiassem a crescente produção em massa, via desenvolvimento industrial, investindo em políticas como seguridade social, assistência médica, educação e habitação. Esta fase histórica ficou conhecida como Estado de Bem estar Social, porém não atingiu a todos os países e a todos trabalhadores. (LUMERTZ, 2008).

Para Netto e Braz (2008) o que se anunciava é um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo, que seriam resolvidos na base do consenso, capazes de ser construídos através dos mecanismos da democracia representativa. No entanto, a insatisfação dos trabalhadores devido a jornadas de trabalho intensas, desencadeou uma série de greves, e o aumento da inflação introduziu o capitalismo em uma grande crise econômica, fazendo com que fosse necessário se reestruturar para recuperar sua dinâmica acumulativa. O que acontece portanto, é a criação de um pacote de medidas responsáveis por resolver a crise, dele fazem parte o Neoliberalismo e a Terceira Via; a Globalização e a Reestruturação Produtiva.

No Brasil, o neoliberalismo foi implementado mais especificamente a partir dos anos de 1990 com a implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, do governo Fernando Henrique Cardoso, coordenado pelo economista Bresser Pereira. Assim, algumas políticas sociais, entre elas as educacionais foram incluídas como ação não exclusiva do Estado, podendo ser ofertada por uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, abrindo espaço para as parceiras público-privadas justificando a melhoria da qualidade da educação pública. (LUMERTZ, 2008).

Por estarmos tratando neste trabalho a respeito do processo de privatização, próprio a fase neoliberal do capitalismo, nos deteremos na análise juntamente com a concepção de Terceira Via. Sendo assim, o neoliberalismo compõe a fase contemporânea do capital³ cujo Estado era o grande responsável pela crise econômica, pois havia gastado muito com os setores sociais e cedido a correlação de forças entre trabalho- capital. Os neoliberais defendem um Estado que invista o mínimo possível nas questões sociais e em contrapartida chama a sociedade civil para se responsabilizar juntamente com o setor privado e as ONGs, dando a aparência de gestão pública, porém na essência constituem representações das forças privadas.

Desta maneira, o processo de privatização nada mais é que o Estado entregar ao grande Capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros, tais como, siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica, como também serviços básicos, como energia, transporte, saneamento básico, educação, saúde. (NETTO, BRAZ, 2008)

Esta tentativa de assegurar a economia de mercado, sem no entanto desprezar a ideia de justiça e democracia social, Neves (2005) denomina de projeto neoliberal de terceira via. Para Antunes (2002), a terceira via nasce como alternativa ao neoliberalismo e também

³A configuração do capitalismo que designamos como contemporânea inicia-se nos anos setenta do século XX e continua a ter no centro de sua dinâmica o protagonismo dos monopólios, vale dizer que o capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do estágio imperialista. (NETTO, BRAZ, 2006, p. 211)

acredita na responsabilidade do Estado pela crise. Essa nova/velha concepção, se apresenta na defesa do livre mercado, da competição, o que mesclando liberalismo e fundamentos da social democracia.

Para se resolver a crise do Estado, o Terceiro Setor surge como ente privilegiado como “esferas da sociedade civil que não se encontram nem no mercado e nem no Estado, que se constituem em um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público” (PERONI, 2013, pg. 243). As políticas sociais que deveriam ser providas pelo Estado, passam para as mãos dos indivíduos, cidadãos organizados através da sociedade civil. Este novo panorama redimensiona a atuação do Estado, desresponsabilizando o pelos serviços básicos e abrindo a possibilidade de atuação da iniciativa privada, que começa a se revestir de sociedade civil.

Com essa nova roupagem, o neoliberalismo ultrapassa suas transformações na esfera econômica e passa impor um redirecionamento da consciência, influenciada pelas mudanças no campo produtivo, ou seja, no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva, apresenta como possibilidade de uma acumulação flexível, apoiando-se na flexibilização das relações trabalho, dos produtos e padrões de consumo, colocando o consumidor como centro do processo produtivo, a inovação e mercados específicos. Do trabalhador se exige uma maior qualificação e a disponibilidade de participar de atividades múltiplas, o controle do trabalho se configura no apelo ao envolvimento e participação no processo produtivo, nasce assim o “sindicalismo de empresa”, e os trabalhadores cooperadores, colaboradores e associados. Nesse movimento o capital busca por fim a consciência de classe dos trabalhadores. (NETTO, BRAZ, 2006, pg. 216)

3 O Empresariamento, privatização e controle da educação no Brasil

O que ocorre segundo Martins e Neves (2015) é que com essa nova ideologia de responsabilidade e participação social os empresários brasileiros, por meio de seus institutos, fundações e organizações do sindicato patronal, desenvolvem atividades parceiras com unidades escolares e sistemas educacionais locais que, reforçando as atividades governamentais, auxiliariam mais diretamente a constituição da privatização de novo tipo, com a imposição pelos empresários de uma nova forma de agir, pensar, introduzindo conteúdos funcionais a aceleração da produção reestruturada. (MARTINS, NEVES, 2015, p.41)

Para ilustrar melhor este modelo no Brasil, devemos entender em qual contexto foi implementada a organização “Todos pela Educação”, criada em 2006, que se caracteriza na definição por eles mesmos como:

Um movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. (TPE, 2016, a)

Seguindo a mesma lógica do documento de Jomtien (1990) e do movimento Educação para Todos (1990), o TPE também acredita que o poder público não é o suficiente para oferecer educação de qualidade aos cidadãos, o que se torna tarefa da sociedade fazê-lo. Pensando nisso estabeleceram 5 metas, 5 bandeiras e 5 atitudes, expostas no quadro abaixo:

MOVIMENTO “TODOS PELA EDUCAÇÃO”	
METAS	1-Toda criança e jovem de 04 a 17 anos na escola; 2- Toda criança plenamente alfabetizada até os 08 anos de idade; 3- Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano. 4- Todo jovem com 19 anos com ensino médio concluído; 5- Investimento em educação ampliado e bem gerido.
BANDEIRAS	1- Melhoria da formação e carreira do professor; 2- Definição dos direitos de aprendizagem; 3- Uso pedagógico das avaliações; 4- Uso pedagógico das avaliações; 5- Aperfeiçoamento da governança e gestão.
ATITUDES	1-Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento; 2-Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola; 3-Colocar a Educação escolar no dia a dia; 4-Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos; 5-Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens.

Tabela 1: 5 Metas, 5 atitudes e 5 bandeiras do “Todos Pela Educação”. (TPE, 2016 b).

O TPE de acordo com essas metas, bandeiras e atitudes organiza e executa ações que visem organizar o sistema público de educação, realizando pesquisas, encontros, boletins na mídia, programas de rádio, redes sociais, grupos de assessoramento e o Observatório TPE. Seguindo a lógica empresarial. O TPE fala de sócios fundadores e sócios efetivos, evidenciando a configuração de uma empresa, um negócio, que busca gerir os serviços educacionais público em conformidade com sua ideologia. Entre os financiadores e

apoiadores estão, entre outros: Dpaschoal (loja de serviços para veículos), Fundação Bradesco, Fundação Itaú, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano papel e celulose, Instituto península (GPA e Carrefour), Instituto Natura, Instituto Samuel Klein (fundador das Casas Bahia). As áreas estratégicas de atuação do TPE são: área técnica, de comunicação e mobilização e Área de Articulação e Relações Institucionais. (TPE, 2016 b).

Para Evangelista e Leher (2012), o MEC e o TPE objetivam implementar em todo o país, o autoritarismo travestido de “inovação didática”, com a redução do professor a manuseador de métodos, pacotes de tecnologias de informação e cartilhas comercializadas por corporações. O TPE tem como propósito o “apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos” por meio da expropriação dos conhecimentos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos de docentes e estudantes e, não menos importante, por meio da imposição de um papel coadjuvante da comunidade escolar na definição do projeto político-pedagógico. (2012, p. 13).

O que se observa através da análise das metas do TPE é uma busca pela legitimação das técnicas de funcionamento empresarial, que por serem inovadoras devem ser imitadas no sistema educacional, como “aperfeiçoamento da governança e gestão” e “incentivo as avaliações”, vê-se uma supervalorização do papel do professor como o principal responsável pelo sucesso da educação, em contramão retira sua autonomia, à medida que elabora todos os materiais didáticos e define o que é ou não importante abordar na sala de aula.

Sendo assim, os conceitos e definições que estão em pauta desde a Conferência Mundial de Educação Para Todos, e até então no caso mais específico do Todos pela Educação no Brasil, são: privatização, doutrina do mercado, desmonte do Estado, Reforma do Estado, quebra da estabilidade no emprego, fragmentação do trabalho docente, perda de autonomia dos professores, aliciação pecuniária dos professores, apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos, autoritarismo didático e de conteúdo, capital humano, tecnicismo, e intervenção de grupos privados nas escolas.

Porém, no caso específico do Movimento “Todos pela Educação” inaugura-se uma nova fase do processo de privatização e da relação público-privada, pois, diferente do momento “Educação para todos” inaugurado em Jomtien; onde houve uma expansão no número de vagas, deixando a qualidade em segundo plano; no movimento “Todos pela Educação”, ocorre a ênfase na relação educação e produção, e a educação passa a ter um papel estratégico no projeto político hegemônico, de medidas político-pedagógicas para a

qualificação técnica da força de trabalho, bem como formação de exército industrial de reserva conformado às novas necessidades do mercado nacional. (NEVES, MARTINS, 2015).

Nada mais propício para exemplificar este novo panorama, como a recente Medida Provisória⁴ proposta pelo atual governo, que pretende alterar a organização do ensino médio brasileiro, flexibilizando o currículo, com justificativa de aumentar a capacidade técnica dos alunos, com vistas a atuação no mercado de trabalho, dando-os ‘autonomia’ para decidirem o conteúdo e as disciplinas que querem cursar.

Freitas (2012) explica que nos Estados Unidos os chamados reformadores empresariais darão o tom do processo de privatização da educação, entendendo que o modo como se organiza a iniciativa privada é a melhor forma de se concertar a educação americana, indo contra as propostas dos educadores profissionais. A ideia central dos reformadores é um modelo de educação baseado em resultados e um sistema padrão de testes, regras e sanções para as escolas. Sobre o Movimento *Todos pela educação*, Freitas (2012) esclarece que o presidente do Conselho de governança deste movimento é o mega empresário Jorge Gerdau Johannpeter, do grupo Gerdau que também era assessor da presidenta Dilma como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade. O que nos mostra a relação de afinidade que o referido movimento estabelece com o governo, ou seja, público e privado se confundem.

Essa relação de afinidade do TPE com as ações do governo, já vem desde 2007, com o decreto 6.094, Plano de Metas Todos pela Educação e o PAR (Plano de Ações Articuladas), onde o Governo Lula selou acordo com os empresários, quando no texto do Decreto implica a participação da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, abrindo as portas da educação pública para a atuação privada, revestida no papel de ‘comunidade’.

Segundo Evangelista e Leher (2012) O TPE foi convocado justo pelo setor bancário, liderado pelo Banco Itaú, em articulação com o setor de commodities, no caso, siderúrgico, dirigido pelo organizador de outra iniciativa empresarial para intervir na educação, o movimento Brasil Competitivo, Jorge Gerdau Johann Peter. Estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos.

⁴Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

(2012, p.6). O que busca é educar politicamente para o consenso, já que a escola se configura como o principal espaço de formação de organizadores de cultura. Para Mészáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo- ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

O que se apresenta é de um lado o faturamento das corporações e por outro se dá um controle ideológico do sistema educação por estas corporações empresariais no sentido de colocá-lo a serviço do mercado, para Freitas (2012), é essencial nos contrapormos a esta hipocrisia de acreditar que somos todos “juntos pela educação”, quando os interesses hegemônicos produzem o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas. A educação de qualidade tem que ser mais que isso. (2012, p. 387)

Tendo em vista, esta provocação, explicitaremos no próximo tópico algumas considerações em defesa de um modelo de educação que se comprometa de fato com a transformação do quadro social, com a formação humana, integral e de qualidade.

4 Contribuições para pensar uma educação pública e integral

O contexto brasileiro atual, de cunho político, econômico e social tem se apresentado de maneira hegemônica para as forças do capital, e a área educacional tem sido um dos alvos privilegiados dessa nova frente empresarial, articulada com políticas de Estado. Haja vista, as PEC 241 e PLP 257⁵ e a Medida Provisória já mencionada acima. O ataque aos direitos historicamente conquistados tem sido pauta recorrente no governo, portanto, é tarefa fundamental não apenas dos educadores, mas de todos os sujeitos sociais de construir estratégias e fortalecer a luta em defesa da educação pública.

Como Mészáros (2005), também acreditamos que uma “reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais devem cumprir as suas historicamente funções de mudança”. Dessa forma, pensar em uma educação que seja de fato uma alavanca para mudança social é pensar

⁵ A PEC 241-2016, bem como a PLP 257 visam estabelecer um novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A regra de congelamento do gasto público, período durante o qual o dinheiro economizado será canalizado para pagamento dos juros da dívida.

em relações sociais livres do domínio do capital, construídas coletivamente e conscientemente, através de um processo histórico de resistência e luta.

Utilizamos assim, o conceito de escola unitária desenvolvida por Gramsci (2000), para expormos a nossa defesa pela educação pública. Para isso, é necessário considerarmos a importância dos intelectuais orgânicos neste processo. Para Gramsci (2000) cada grupo social é responsável por formar seus intelectuais orgânicos que são responsáveis pela elevação do nível de cultura daquele grupo, e que os espaços ligados a atividade cultural são essenciais para sua atuação, dentre outros, a escola se constitui em possibilidade de difusão de ideias emancipatórias e construção de novas relações sociais.

Houve ao longo da história diversas tentativas e idealizações de modelos escolares distintos, exemplificando o que podemos designar de disputas hegemônicas, pois cada grupo social pensou e idealizou um formato de escola que atendessem aos seus interesses, isso aconteceu com a Escola Nova, Tecnicista, Humanista. Este processo tem desencadeado uma dualidade da educação, à medida que existem escolas para cada classe social que reforçam e reproduzem o modelo de sociedade em que vivemos.

Assim, é preciso de acordo com Gramsci (2000, p. 19) pensar em “uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento do trabalho intelectual”. Para este autor é imprescindível esta escola, para formação de um novo indivíduo social, que seja um dirigente com um mínimo de cultura geral que lhe permita atuar na vida política de maneira justa e na importância da escola em assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de oferece-los maturidade e capacidade de criação intelectual e prática, com autonomia e iniciativa.

Ainda para Gramsci (2000) é essencial que esta escola seja integralmente financiada pelo Estado, pois apenas assim poderá atender a todas as gerações e classes sociais. Observamos assim, como o movimento de empresariamento da educação se torna um obstáculo para pensarmos a formação integral, pois numa sociedade regida pelos interesses privados não será possível uma escola formativa ampla para a vida.

5 Considerações finais

Esse estudo foi apenas um pequeno ensaio que buscou explicitar o surgimento e as formas de legitimidade do movimento “Todos Pela Educação”, e de como estas corporações que nada teriam a ver com o sistema educacional passam a ditar regras no seu funcionamento

e gestão. Neste caso específico, como o processo de privatização, e o discurso sobre a democracia, e participação através da sociedade civil, são utilizados como moles ideológicos das ideias dominantes para manter o controle ideológico dos trabalhadores.

Procurou-se ainda, demonstrar que no contexto brasileiro político atual, temos passado por diversos retrocessos que buscam mudar a legislação educacional, influenciados por setores empresariais, que visam desmontar o sistema público de educação, através de novas formas de privatização e de controle do pensamento.

Por fim, consideramos e demonstramos através da perspectiva gramsciana de Escola Unitária, uma possibilidade de pensar uma educação não funcional aos ditames capitalistas, organizada para atender a todas as camadas da sociedade e integralmente financiada e gerida pelo Estado, ou seja, com recursos públicos. Lembramos que a história é feita de contradições e portanto, os atores sociais e educacionais têm possibilidades objetivas de empreender mudanças no contexto social, político e econômico, a partir de estratégias e ações coletivas e bem articuladas.

6 Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo. Cortez Editora. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano de Metas compromisso todos pela educação: Guia prático de ações*. Brasília, 2007c. Disponível em www.mec.gov.br BRASIL. Ministério da Educação. *O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento de Apresentação do PAR – Plano de Ações Articuladas* (Relatório Público). Brasília, DF. 2007c. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acesso em 10/09/2010.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo. Boitempo. 2016

EVANGELISTA, Olinda. LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. In: Trabalho Necessário. Issn: 1808 - 799X ano 10, nº 15 – 2012.

FREITAS, Luiz C. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. In Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.33, n.119, p.379-404, abr -jun. 2012.

_____, Luiz C. *Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola*. In Revista Educação e Sociedade. Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

LUMERTZ, Juliana. *A Parceria Público- Privada na Educação e as Implicações para a Gestão da Escola. Dissertação de Mestrado*. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

MARTINS, André S. NEVES, Lúcia M.W (Orgs). *Educação Básica: Tragédia Anunciada?* São Paulo. Xamã. 2015.

MESZÁROS, Istvan. *Educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo. Boitempo Editorial. 2005.

MESZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José P. BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma Introdução Crítica*. São Paulo. Cortez Editora. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIENCIA E CULTURA – UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para todos (Conferencia de Jontien)*. Tailândia. Unesco, 1990.

PERONI, Vera Maria Vidal. *As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via*. In Currículo sem fronteiras, v. 13, n.2, p-234-255, Mai-ago. 2013.

RABELO, Jackeline. SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. JIMENEZ, Suzana. *Educação para Todos e reprodução do capital*. In Trabalho necessário, issn: 1808 -799X, ano 7, num.9, 2009.

TPE. *As 5 Bandeiras*. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/as-5-metas/as-5-bandeiras/>>. Acesso em: 13 maio. 2016a.

TPE. *As cinco metas*. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/as-5-metas/>>. Acesso em: 13 maio. 2016b.

TPE. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/quemsomos/>>. Acesso em: 13 maio. 2016c.